

EDUCAÇÃO POPULAR, CIÊNCIAS HUMANAS E O TRABALHO DE EXTENSÃO COM AGENTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS ¹

Maurício Mogilka

RESUMO:

Este artigo apresenta as características, a base teórica, os objetivos, a metodologia e alguns resultados do projeto de extensão “Educação, teorias críticas e processos emancipatórios”, desenvolvido na Universidade Federal da Bahia entre 2015 e 2021, na cidade de Salvador. O artigo mostra como o projeto estabeleceu, junto com os agentes sociais, as relações entre as ciências humanas e a educação popular; bem como mostra o valor das ciências humanas para os movimentos sociais, especialmente neste momento de luta contra a hegemonia fascista. O artigo tenta mostrar a urgência de se desenvolver com mais vigor atitudes, reflexões e prática mais complexas, pois enfrentamentos unidirecionais e simplistas têm sido absorvidos pelo sistema dominante, tanto em governos neoliberais como fascistas. O projeto se inspirou teoricamente no humanismo crítico, definido aqui como uma grande abordagem e não como teoria específica. Dentro desta abordagem geral, a principal referência teórico-metodológica usada neste projeto de extensão foram as teorias latino-americanas da libertação, ou seja, a educação popular, a teologia, a sociologia, a psicologia e a filosofia da libertação, a pesquisa participante, a ecopedagogia e o teatro do oprimido. Como resultados qualitativos, o artigo apresenta as reflexões, desenvolvidas ao longo do projeto,² sobre os conceitos de *conhecimento, realidade, espiritualidade e democracia participativa*.

Palavras-chaves: educação popular; ciências humanas; extrema-direita; complexidade

1. A importância da filosofia e das ciências humanas no contexto de ascensão de extrema-direita

Este artigo apresenta as características, a base teórica, os objetivos e alguns resultados do projeto de extensão “Educação, teorias críticas e processos emancipatórios”, desenvolvido na Universidade Federal da Bahia entre 2015 e 2021, na cidade de Salvador.

O projeto pretendeu se constituir em um fórum permanente de desenvolvimento de agentes sociais,² e assim contribuir para que a universidade pública realize a sua vocação potencial para ser um espaço de participação democrática.³ Ou seja, um local público onde as

¹ Artigo publicado no periódico Revista Extensão da UFRB, ed. 22, v.01, em jul. 2022.

² Agente social é entendido aqui como todo voluntário, militante, extensionista, profissional ou missionário que atua continuamente e sistematicamente com grupos populares; este é o agente social direto ou primário. O agente social secundário é aquele cujo trabalho impacta e é necessário ao trabalho dos agentes sociais primários: gestores da área social (estatal ou não-governamental); formadores de agentes sociais primários; pesquisadores de temas sociais, que produzem material teórico-analítico ou teórico-metodológico para o agente social primário; e profissionais que prestam assessoria a projetos e movimentos sociais.

³ Democracia aqui refere-se aos processos e às propostas de democracia participativa e direta, e não à manutenção do modelo elitista e anti-participativo de democracia representativa dominante nas sociedades capitalistas; nem tampouco se refere ao modelo supostamente participativo vigente nos regimes de socialismo burocrático, partidário e ultra-centralizado. Uma discussão sobre democracia participativa pode ser vista em Mogilka (2014, 2019, 2020, 2022). Na seção final deste artigo será apresentado um conceito de democracia participativa.

peças possam se reunir para debater idéias, dialogar sobre questões sociais e elaborar alternativas de ação, ao mesmo tempo que desenvolvem suas subjetividades e sua consciência crítica.⁴ Nestes espaços, o debate pode freqüentemente se estabelecer fora do controle do poder instituído, de tal forma que o logos coletivo seja poético, isto é, capaz de gerar ação criativa e não rotineira. Deste modo, as coletividades podem gerar novos sentidos e novas soluções para as contradições sociais vividas no duro cotidiano capitalista, bem como novas formas de enfrentamento com os poderes conservadores.

Se revitalizados, estes espaços de participação democrática podem desempenhar um papel importante na luta contra diferentes formas de exclusão. Estes espaços podem se converter em verdadeiros centros de imaginação social, onde se desenvolvam modalidades alternativas de interpretar e recriar as relações e as práticas sociais.⁵ Através do exercício da imaginação social, as coletividades encontram um local e um momento para construir possibilidades de sociedades mais justas, humanas, igualitárias e éticas,⁶ e descobrir quais seriam os caminhos e lutas para que estas sociedades sejam possíveis. Trabalhando com fundamento nas teorias políticas mais engajadas, os centros de imaginação social reúnem diferentes sujeitos, como educadores, artistas, acadêmicos e ativistas sociais, de modo a explorar possibilidades de reforma e de transformação em diferentes espaços sociais.

Para isto, neste projeto de extensão, a educação popular e seu enfoque complexo de política e de ação social foi um instrumento para compreendermos mais profundamente o momento que vivemos e contribuir para que os movimentos sociais superem os impasses em que estamos. Vivemos um contexto com forte avanço das forças neoliberais e mais recentemente, fascistas, e retrocesso nas pautas de cidadania. A complexidade se mostra como um imperativo para a transformação da realidade, e precisa ser incorporada mais profundamente pelo campo progressista. Enfrentamentos baseados em cosmovisões simplistas, reducionistas e hierárquicas, herdadas da própria modernidade, mesmo que progressista, tem sido dominados pela eficiente máquina política neoliberal.

⁴ O desenvolvimento da consciência crítica é um dos fenômenos mais importantes na educação popular. Sendo complexo, não pode ser definido por um conceito apenas. Por isto poderíamos definir consciência crítica como aquela que: 1. Coloca discursos e práticas em questão, superando a ingenuidade; 2. Estabelece relações de causa e efeito; 3. Compreende amplamente e não apenas focalmente; 4. Busca a causalidade remota dos acontecimentos locais (pois consegue dar o salto do real empírico para o real estrutural); 5. Permite a tomada de consciência da situação real vivida pelo grupo.

⁵ Neste artigo, *alternativo* significa aquilo que não está ligado aos valores e às práticas de reprodução do capitalismo ou a outras propostas opressivas de qualquer natureza.

Em função destas questões, um dos objetivos deste projeto foi estimular a imaginação criadora dos participantes, inclusive o mediador, para pensar os subsídios de um projeto de país para o Brasil. Obviamente o objetivo aqui é pensar este projeto fora dos marcos neoliberais, mas também superando os limites do pensamento da esquerda mais ortodoxa e verticalista, e sua enorme dificuldade de dialogar com o povo.

Neste último caso os projetos têm sido mais reativos ao neoliberalismo ou fascismo, do que propositivos. Ou então têm sido elaborados a partir de uma rígida leitura da teoria de estado marxista, e mais freqüentemente, leninista. Tais projetos tem pouca chance de responder aos dilemas atuais de uma América Latina marcada pela agenda excludente das políticas neoliberais, agora articuladas com a ascensão da extrema-direita.

Neste contexto, o ataque aos direitos é acompanhado por uma cruzada obscurantista contra a filosofia e as ciências humanas. Estas duas grandes atividades-linguagens, quando trabalhadas de forma crítica e não dogmática, oferecem abrigo, hospedagem, acolhimento e nutrição à consciência crítica. Esta por sua vez é sempre um perigo para sistemas políticos conservadores ou reacionários. Daí a importância de um projeto que tem como uma de suas finalidades a difusão e expansão da filosofia e das ciências humanas, a partir do olhar da educação popular, uma vez que para esta a consciência crítica é considerada um dos mais importantes elementos dos processos de libertação.

A filosofia foi colocada no papel de grande saber transcendental, acima do bem e do mal e acima das sociedades. Isto ocorreu desde o seu período grego, já que ela não foi uma criação europeia, mas provavelmente egípcia, e, portanto, norte-africana. Às elites gregas e romanas e depois, medievais, interessava que ela assumisse este papel metafísico.

Na modernidade o capitalismo faz um sequestro da filosofia, nunca completado. Além da continuidade da metafísica, agora na sua versão moderna, floresce um uso pragmático,⁷ instrumental-produtivo da filosofia, que perde potência reflexiva e capacidade de questionamento da realidade. Sua expressão máxima no século 19 seria o positivismo, e nos séculos 20 e 21, o neoliberalismo.

Além destes dois problemas da filosofia seqüestrada (excesso de transcendência e

⁶ O significado de ética, aqui, não se resume a seguir regras, leis ou normas socialmente instituídas, mas diz respeito às ações e políticas que têm relação direta com o bem estar e os direitos de todos os seres humanos, e se pautam por este princípio em suas estratégias.

⁷ Esta não é uma referência à corrente filosófica do pragmatismo norte-americano, que tem entre seus autores Peirce, James ou Dewey. A referência é ao pragmatismo capitalista: o exercício da consciência e do agir focados nos resultados prático-produtivos, sem questionar as implicações políticas, éticas ou sociais destes resultados. A racionalidade ligada a este tipo de postura tem sido chamada, desde os frankfurtianos, de *razão instrumental*.

excesso de pragmatismo) a filosofia moderna é, no geral, eurocêntrica. A América Latina, a África e a Ásia quase não aparecem em suas análises. E excetuando poucas de suas linhas teóricas, como os *estudos culturais* e o *pensamento decolonial*, mesmo a pós-modernidade é majoritariamente eurocêntrica.

Foi com muita luta e com muito trabalho sócio-político que os movimentos decoloniais, a partir do pós-segunda guerra, estimularam o processo de desalienação de parte da filosofia e das ciências humanas produzidas no terceiro mundo. Daí surgiram os trabalhos vigorosos de autores como Enrique Dussel, Franz Fanon, Milton Santos ou Achille Mbembe, entre tantos outros.

Superando estas dificuldades colocadas acima, a filosofia e em especial o filosofar se colocam como potentes instrumentos de análise crítica da realidade, e também de fomento aos processos coletivos de transformação social, aqui neste projeto denominados de *processos emancipatórios*. Apropriada pelos oprimidos e pelos grupos que assessoram suas lutas coletivas, a filosofia e o filosofar passam a atuar em uma lógica externa à lógica do opressor, uma lógica da alteridade, uma lógica da exterioridade, ou uma *analética*, como diz Enrique Dussel.

Se a filosofia pode e tem sido usada para justificar a ordem vigente, ela é, inicial e potencialmente, uma ameaça ao instituído, pelo seu caráter questionador e pela reflexão radical que empreende. Não foi por acaso que as elites gregas condenaram Sócrates à morte. Elas deram um recado à elite intelectual que desenvolvia o filosofar em Atenas. A partir daí o filosofar ateniense terá sua potência instituinte atenuada, apesar de alguns trabalhos posteriores, como *A República* de Platão e *A Política* de Aristóteles.

Por outro lado, dificilmente alguém negará o valor das ciências humanas, quando trabalhadas criticamente, para se compreender a realidade social e potencializar processos emancipatórios. Não é por mera coincidência que o neoliberalismo e mais intensamente o fascismo, assim que chegam ao poder, passam a combater o exercício e a difusão das ciências humanas, especialmente nas suas abordagens mais críticas. Estamos presenciando isto fartamente no Brasil desde a posse do governo Bolsonaro (2019). A ameaça de redução de recursos para os cursos de ciências humanas no ensino superior é um claro exemplo.

A isto se soma a redução de carga horária das ciências humanas e da filosofia no ensino médio, na recente reforma do ensino básico do neoliberal governo Temer (2018). O medo que os conservadores e ultraconservadores tem das ciências humanas em especial, e de qualquer trabalho crítico em educação, de uma forma geral, também pode ser visto na

tentativa de aprovar o projeto de lei chamado “Escola sem partido”, bem como no estímulo a que estudantes filmem e denunciem educadores que realizem algum trabalho crítico.

Mas quais seriam as relações entre a educação, e em especial a educação popular, e as ciências humanas? Estas relações se dão, no mínimo, de quatro formas diferentes e interligadas:

1) A educação popular, especialmente na sua linha dialética, é uma grande difusora das ciências humanas junto aos grupos populares, sem desqualificar outros tipos de saberes e culturas, inclusive os não-científicos.

2) A educação popular faz articulações ricas e complexas entre as ciências humanas e outros saberes e culturas, como a cultura popular, saberes tradicionais indígenas e africanos, arte, e mesmo conhecimentos considerados esotéricos, como o ioga, do-in, taoísmo, espiritualidade, PICS (práticas integrativas e complementares em saúde, já reconhecidas e adotadas pelo SUS como política pública em saúde no Brasil).

3) A educação popular faz conexões das ciências humanas com as questões prático-ético-políticas, tanto a nível empírico, vivencial como a nível estrutural mais amplo. Esta conexão do vivido com o estrutural, ou *mediação*, como diz Marx, é um dos mais difíceis e importantes trabalhos da área social, seja em que paradigma crítico seja realizado, já que não é exclusivo da educação popular. Ela também é denominada de *articulação micro-macrosocial* em algumas linhas sociológicas, como o interacionismo simbólico ou escola de Chicago. Sem esta conexão é muito difícil entender a realidade nos seus aspectos mais amplos, e entender como o não-visível (as estruturas) marcam o visível, o vivenciado. É só a partir daí que podemos atuar sobre a causa das desigualdades sociais, que não estão apenas no nível empírico do real. Nas sociedades capitalistas, mesmo as pessoas integrantes classe média e da elite tem dificuldades para fazer estas conexões, pois elas dependem de habilidades mentais complexas, que não são inatas no ser humano, mas precisam de condições culturais propícias para sua estruturação. No caso da população estas dificuldades são ainda mais agudas, devido à deficiente escolaridade e uma mídia predominantemente alienante que dificultam esta estruturação.

4) A própria educação popular, como paradigma e não apenas como prática, está fundamentada em uma complexa articulação de saberes e experiências históricas, dentre as quais as ciências humanas jogam um papel fortíssimo, que precisa ser investigado com mais profundidade.

Do ponto de vista prático, as teorias das ciências humanas e da filosofia tiveram

dupla entrada neste projeto de extensão:

1) Como instrumento de análise, de penetração no real, como radiografia do ser. Nesta função serviram para investigar, junto com os agentes sociais, a estrutura e a dinâmica dos processos de libertação. O que os constitui? Qual sua estrutura íntima? Porque surgem em certos contextos e não em outros? Que fatores são responsáveis pela sua emergência? Porque, mesmo havendo estes fatores em certos contextos, nem sempre surgem os processos de libertação? Como afetam as subjetividades envolvidas e em que medida dependem delas?

2) Como elemento de instrumentalização dos agentes sociais participantes do projeto. Ou seja, como ferramenta poético-política para potencializar os seus trabalhos e relações nos diversos projetos e movimentos sociais em que atuam. Assim, intensificar o caráter libertador dos processos dos quais participam, ou quando não possuem este caráter, estimulá-los a provocar esta emergência.

2. O projeto *Educação, teorias críticas e processos emancipatórios*: seus objetivos, metodologia e fundamentos teóricos

Este projeto teve como um dos seus objetivos, contribuir para superar um dos maiores problemas do trabalho social na América Latina: as lacunas na formação teórica dos agentes sociais, inclusive dos agentes sociais secundários. E a teoria é um dos fatores possibilitadores da transição das práticas para práxis. Investir no desenvolvimento teórico dos agentes sociais secundários é investir na transformação da realidade, pois eles já estão engajados em práticas com a população.

Quando não estão diretamente nestas práticas, estão sempre em contato com os agentes sociais primários. Por isto o trabalho do agente social secundário, quando mais crítico, é vital para o aprofundamento e radicalização do trabalho dos agentes sociais primários, pois compartilham com estes últimos saberes e capacidades que a eles foi historicamente negado, especialmente nos países do terceiro mundo. O agente social secundário é como uma ponte entre os trabalhos na ponta dos serviços sociais e os locais onde estes saberes e capacidades são mais intensamente produzidos (universidades, centros de pesquisa, órgãos governamentais, etc.).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento de agentes sociais secundários e o foco na ideia de formar *multiplicadores*, tão cara ao paradigma da educação popular, é uma das formas através das quais as forças progressistas das sociedades atuais contribuem para superar a divisão social do trabalho. Ou seja, a rígida divisão, fundamental à manutenção das

sociedades de classe, entre pessoas formadas para executar, produzir ações, obedecer, de um lado, e pessoas formadas para pensar, gestar, planejar, decidir, de outro.

Um outro objetivo deste projeto foi que os encontros se transformassem em momentos onde o grupo exercite o pensar o novo. Ou seja, pensar e ultrapassar os limites já conhecidos sobre o trabalho social e sobre as grandes questões sociais no Brasil e na América Latina. Assim os participantes encontram estímulos para compreender e deslocar estes limites, projetando o trabalho e os movimentos sociais para outra potência, outras fronteiras, outros patamares. Este projeto pretendeu então desenvolver um processo de conscientização-capacitação com agentes sociais secundários, ou agentes sociais primários que já possuem o desejo de ingressar na pós-graduação *stricto sensu*.

Por estes motivos o projeto aqui apresentado, *Educação, teorias críticas e processos emancipatórios*, pretendeu contribuir para que a universidade pública, neste caso específico a UFBA, possa expandir sua vocação para ser um desses espaços de participação democrática e de fortalecimento do trabalho social.⁸ E o modo do projeto atuar nessa intenção é através da participação do seu coordenador-mediador, realizando rodas de conversa, cursos de extensão com agentes sociais que desejam ingressar em algum tipo de pós-graduação e assessoria a movimentos sociais.

O apoio teórico do projeto veio em parte das reflexões sociais e teóricas e da experiência social do coordenador do projeto, atuando como educador e trabalhador social desde 1985. Outro suporte importante deste projeto veio do humanismo crítico. Aqui este conceito é tomado para denominar uma abordagem ampla, e não apenas uma teoria. Assim, foram utilizados diferentes autores ou correntes, desde que possuíssem características do humanismo crítico. Tais características são:

1. A centralidade do bem-estar de todos os seres humanos do planeta, na definição de políticas, finalidades e ações;

2. A crença na capacidade do ser humano, desde que encontre condições mínimas, se auto-governar coletivamente, não precisando de um poder externo para comandá-lo (classe dominante, tiranos, tecnocracia, religiões conservadoras; partidos);

⁸ Trabalho social é definido aqui como aquele que se volta para atender demandas públicas de setores da população, especialmente seus setores mais pobres. Envolve também processos de exclusão não necessariamente econômicos: exclusão étnico-racial, de gênero e sexualidade, geracional, cultural. Se desenvolve geralmente nos equipamentos das políticas públicas (CRAS, CREAS, CAPS, unidades básicas de saúde, escolas públicas), em ONGS, em movimentos sociais, em projetos de extensão universitária.

3. A crença na capacidade do ser humano, ao se humanizar, desenvolver valores e formas de convivência solidárias, justas e identificadas com o bem comum e com as necessidades dos outros;

4. A ideia segundo a qual a realidade é transformável e não estática;

5. Trabalhar, na teoria e na prática, com os seres humanos concretos e não com uma essência abstrata e ideal de humanidade;

6. O princípio de que a transformação da realidade social é consequência da ação coletiva, e não de discursos, pensamentos ou afetos; contudo, as práticas humanas não se convertem em práxis sem o auxílio de discursos, ideias e afetos que transgridam de alguma forma o que está estabelecido pelo sistema opressor;

7. As teorias precisam contribuir na transformação da realidade, beneficiando a qualidade de vida dos setores populares nas sociedades contemporâneas; para atingir este engajamento, os teóricos precisam ser simultaneamente ativistas sociais, inseridos em algum projeto, comunidade ou movimento social com o qual se identifiquem; sem isto, fica comprometida a articulação teoria-prática-sensibilidade.

8. O humanismo crítico é otimista: um otimismo crítico e não ingênuo. Seus agentes políticos, diante das situações socialmente mais adversas, não se entregam ao pessimismo, negativismo ou fatalismo. Diante de tais situações se perguntam, junto com a população: “O que podemos fazer para melhorar isto?”; “Como podemos superar e resolver este problema?”; Estes agentes sabem que o pessimismo, introjetado nos oprimidos, é um dos mais eficazes instrumentos do poder simbólico dominador. Se os oprimidos não confiam em suas próprias capacidades de práxis, isto permite uma enorme economia de energia por parte dos opressores.

Em função desses princípios, o suporte teórico precisou necessariamente fazer as associações entre o trabalho social e estruturas sócio-políticas, com um horizonte teórico mais extenso, em comparação com as correntes teóricas deterministas. Assim, podemos realizar as articulações citadas sem incorrer em perspectivas reducionistas, que estabeleçam uma hierarquia entre práxis e estruturas políticas: processos de libertação política não estão desvinculados do desenvolvimento pleno dos seres humanos, ou seja da humanização.⁹ Isto é condição fundamental para que transformações efetivas na realidade sejam possíveis, e não se

⁹ Humanização é entendida a partir de duas características: 1. O desenvolvimento do ser humano em todas as suas capacidades, dimensões e possibilidades, desde que não levem ao sofrimento ou opressão de si mesmo, de outros seres humanos ou outras formas de vida; 2. A obtenção do

restringam aos aspectos econômicos ou políticos-estatais, produzindo, assim, novas formas de opressão.

Dentro desta abordagem geral, aqui denominada humanismo crítico, a principal referência teórico-metodológica usada neste projeto de extensão foram as teorias latino-americanas da libertação, ou seja, a educação popular, a teologia, a sociologia, a psicologia e a filosofia da libertação, a pesquisa participante, a ecopedagogia e o teatro do oprimido.¹⁰ Estas teorias são utilizadas em uma grande quantidade de países do terceiro mundo. Contudo, ainda são insuficientes as oportunidades de capacitação para os educadores e ativistas sociais brasileiros terem acesso de forma intensiva e extensiva a estas teorias. A demanda é muito superior ao que as universidades têm oferecido. Ainda mais quando estas oportunidades têm caráter formativo e também de intervenção na realidade, como é a intenção deste projeto.

As idéias principais e as metodologias sugeridas pelas teorias da libertação estão claramente na contra-corrente das forças políticas neoliberais e desumanizadoras da atual fase das sociedades capitalistas como a nossa. Trata-se de um pensamento libertário, profundo, amoroso, radical, mobilizador, revolucionário, decolonial. Suas contribuições são inestimáveis no campo da alfabetização, formação, intervenção social, auto-organização de comunidades. É imenso o seu valor para pensar as práticas sociais e as idéias que fundaram o que chamamos de Brasil e América Latina, que são a nossa origem, nosso caldo cultural e nosso horizonte de felicidade.

A educação popular, assim como as demais teorias da libertação, nasceu em plena modernidade, a partir do fim dos anos 50. Estas teorias-práxis agregaram importantes elementos emancipatórios da modernidade, como a consciência crítica e a democracia participativa. Contudo elas também incorporaram elementos que estão além da modernidade, que a ultrapassam e a desestabilizam: incerteza, indeterminação e complexidade, por exemplo. Elas também estão centradas na afetividade e na solidariedade como fundamentos da vida coletiva digna, rejeitando a competição e individualismo como orientadores da vida

contexto social e cultural que permite o exercício pleno do ser humano em seus direitos e necessidades básicas, como moradia, saúde, trabalho digno, educação, cultura, direito à diferença.

¹⁰ Libertação do ser humano aqui significa: libertação de todas as pessoas de uma sociedade, de todas as carências materiais, a não ser aquelas que atingem a todos, indistintamente; libertação de todas as formas de opressão política, de todos os privilégios e, por extensão, das desigualdades sociais; libertação de todas as limitações de acesso à cultura, à saúde e à educação de qualidade; libertação da escravidão mental, representada por preconceitos de qualquer natureza e por ideologias que visam manter as pessoas, especialmente os trabalhadores, presos aos interesses de outros.

social.¹¹ No plano político as teorias da libertação apostam no basismo e na horizontalidade e não no dirigismo verticalista de vanguardas intelectuais ou políticas.

A metodologia do projeto pretendeu se constituir, no momento dos encontros, em um fórum de troca de experiências que permitam aos participantes vivenciar modificações subjetivas e elaborar novas percepções da realidade social e da prática. Desta forma, soluções e resultados que foram gerados em um projeto e local específico podem ser socializados e inspirar a solução de problemas em outros locais. Isto é importante pois ajuda a quebrar o isolamento que muitas vezes atinge os movimentos sociais e os projetos comunitários.

Os princípios metodológicos expostos acima se realizaram neste projeto através de dois tipos de atividades. O primeiro foram rodas de conversa. Estas ocorreram em projetos de extensão e grupos de pesquisa da UFBA ou em projetos, organizações e movimentos sociais externos à universidade. O tema ou questão-problematizadora desse tipo de intervenção foi algum elemento da realidade que a equipe do projeto considere relevante para o seu desenvolvimento e para potencializar suas práticas. Este tema é escolhido pela equipe após os contatos iniciais e é informado duas ou três semanas antes do evento, para que possa ser preparado.

A princípio se pretendeu desenvolver temas ligados às seguintes questões mais amplas: 1. Ciência, pesquisa-ação e pesquisa participante; 2. Modernidade, pós-modernidade e ciência; 3. Ciência, positivismo e complexidade; 4. Modernidade, colonialidade e epistemologias do sul; 5. Contexto político atual no Brasil, ascensão da extrema-direita e a geração de alternativas.

Nesta forma de intervenção o planejamento, a busca dos projetos, os contatos, o processo de conhecer o projeto atendido, a própria intervenção, bem como os registros e sistematizações subseqüentes, todas estas atividades foram feitas pelo coordenador e mediador do projeto. Estas atividades, descritas mais detalhadamente, são as seguintes:

1º) Contatos iniciais com o projeto a atender, conhecendo o mesmo, seus fundamentos, seus objetivos e o público atendido;

2º) Negociação com a coordenação e com a equipe; definição da infraestrutura necessária ao evento; escolha da questão-problematizadora que será trabalhada; divulgação do

¹¹ Competição e individualismo são dois valores fundamentais da moral capitalista; os outros são: consumismo, alienação política e ética da esperteza. Sem a reprodução destes valores nas pessoas a base de sustentação subjetiva do capitalismo desaba (além da moral, os outros elementos que compõem o poder simbólico são a educação, a cultura, a mídia e a religião). Além do poder simbólico, os outros dois pilares de sustentação do poder burguês são o domínio da economia e o poder político.

evento;

3º) Realização de estudos teóricos para embasar a discussão da questão-problematizadora; fontes específicas desse estudo dependerão da questão escolhida pela equipe;

4º) Realização de estudos teórico-metodológicos para subsidiar a intervenção, especialmente em autores das teorias da libertação;

5º) Realização da própria intervenção, com a participação da coordenação, equipe do projeto e outros agentes sociais convidados pelo projeto;

6º) Avaliação da experiência (quando possível com a participação da equipe do projeto); registro; sistematização para divulgação e para orientar as próximas intervenções.

A segunda forma de intervenção deste projeto se deu através de cursos de desenvolvimento de agentes sociais, sob a forma de cursos de extensão realizados na UFBA, geralmente com 40 horas de duração e 30 participantes por curso. Estes cursos foram realizados de forma participativa e dialógica. Todos foram realizados na própria UFBA, mas com uma participação alta de agentes sociais externos à instituição. A metodologia de trabalho se baseou no princípio de construir os conceitos e as soluções para a prática de forma coletiva, a partir das percepções iniciais do grupo.

A intenção foi, através destes cursos, efetivar um processo formativo pela discussão-reflexão-vivência a partir do fundamento da *educação popular* e suas interfaces com diferentes fenômenos da sociedade (movimentos sociais, marxismo, pós-modernidade, pensamento decolonial, cultura popular, ciência, ong's, estado, capital, neoliberalismo, fascismo, religião). Estes cursos reuniram diversos tipos de agentes sociais, promovendo uma ambiência de diversidade, mutualismo e troca de experiências. Sem rigidez e aberto às mudanças possíveis, a seqüência metodológica deste trabalho se deu de forma geral em quatro momentos:

1º) 1º Ciclo de rodas de conversa: com o grupo em círculo, cada agente social se apresenta, falando o nome e o movimento social ou projeto em que atua. O mediador lança então, para cada um, a questão-problematizadora: "O que você está estudando no momento? O que pretende estudar no mestrado? Já tem objeto de estudo definido?" Neste momento outros participantes entram no diálogo problematizador que se instaura, e o mediador começa a fazer as mediações dos temas que surgem com as questões teóricas, sociais e políticas mais amplas.

2º) 2º Ciclo de rodas de conversa: há um aprofundamento e ampliação das

questões, sempre em clima de diálogo; o mediador, com ajuda do grupo, procura situar a educação popular e os temas de pesquisa escolhidos por cada participante, no quadro geral das ciências humanas. Procura também sugerir teorias que possam dialogar com estes temas, e indicar PPG'S e linhas de pesquisa que talvez possam acolher os futuros projetos de mestrado dos participantes.

3º) Oficinas coletivas de construção de mini projetos de pesquisa: a turma é dividida em pequenos grupos de três ou quatro participantes; estes grupos realizarão, com assessoria do mediador, mini-projetos de pesquisa com cinco páginas textuais, individuais mas discutidos coletivamente dentro do pequeno grupo: estes mini-projetos tem a estrutura básica de um projeto de mestrado, com exceção da metodologia, que não é solicitada; cada participante avançará o que for possível para si, não sendo cobrado um mini-projeto completo ao final do curso; o grau de motivação dos participantes é alto, mas alguns não conseguem completar o mini-projeto.

4º) Socialização de um dos miniprojetos de pesquisa: o mediador escolhe um dos miniprojetos, geralmente entre aqueles mais completos, maduros e férteis em mediações teóricas e políticas com a realidade atual; todos então recebem uma cópia e de novo em círculo, o projeto é lido em voz alta e pontuado por todos; qualquer participante, além de mediador, pode fazer comentários, perguntas e sugestões; o curso é então encerrado; qualquer um dos agentes sociais pode participar de outras edições do curso, aprofundando seu processo de capacitação, o que ocorre com frequência .

3. Alguns resultados qualitativos do projeto

O projeto de extensão produziu resultados quantitativos, como publicação de artigos em revistas científicas, realização de rodas de conversa, cursos de extensão com agentes sociais e assessorias a projetos sociais ou a agentes sociais, individualmente, para capacitá-los ao ingresso na pós-graduação strito-sensu.

Contudo aqui, por limitações de espaço, serão apresentados apenas alguns resultados qualitativos. Mais especificamente, as reflexões sobre quatro conceitos que foram desenvolvidos no diálogo com os agentes e com os movimentos sociais: *conhecimento*, *realidade*, *espiritualidade* e *democracia participativa*. Eles não são novos nas teorias, mas na maneira como foram formulados no projeto são interessantes porque traduzem questões científicas ou filosóficas complexas para uma linguagem acessível aos movimentos sociais, tornando tais questões operacionalizáveis na prática da militância.

Além disso, a formulação destes quatro conceitos representa uma tomada de posição do coordenador-mediador do projeto em relação a eles. Sempre ressaltando contudo, que esta formulação específica é uma das alternativas possíveis, entre outras.

O primeiro destes conceitos é o de *conhecimento*. A longo da modernidade, que ainda estamos em parte vivendo, o conhecimento foi conceituado de diferentes formas. A forma mais dominante é a abordagem representacionista. Ou seja, o conhecimento é uma representação de um objeto real, distinguindo-se da opinião, da crença, da ideologia e da arte. Na sua forma mais extrema, esta representação é inquestionável, perdendo seus vínculos subjetivos, ideológicos e estéticos. Talvez a forma mais clara deste extremismo seja o positivismo.

Esta forma determinista de explicar o conhecimento sofrerá uma dura crítica, desde o século 19 (Nietzsche, por exemplo). Com o advento da pós-modernidade, a partir da década de 1980, esta crítica vai se generalizar, produzindo uma posição extrema oposta: não haveria uma diferença significativa entre conhecimento, opinião, ideologia e arte. Há muitas formas de representar os objetos da realidade, e qualquer uma pode ser válida. Tudo é relativo à perspectiva do observador-sujeito, nada é absoluto, inerente ao objeto, extra-subjetivo, pré-discursivo, extra-cultural. Não existem fatos, só interpretações, dizia Nietzsche.

Esta crítica tem o saudável efeito político de desestabilizar as formas rígidas, deterministas de representacionismo. Contudo, caiu no extremo oposto: o relativismo. Ao dissolver as fronteiras, mesmo que relativas, entre conhecimento, opinião, ideologia e arte, dissolve os aspectos não-subjetivos e não-culturais do objeto. Tudo passa a ser uma criação subjetiva ou cultural: o mundo não existe sem a autorização-elaboração do sujeito. Se estabelece, assim uma nova forma, não- declarada, do antropocentrismo, ou um forte e dogmático estruturalismo lingüístico ou culturalista.

A relatividade tão importante para os movimentos sociais e para a democracia representativa, degenera em relativismo. Ao se dissolver os aspectos pré-discursivos do real, dissolve-se a relação sensível, corporal, com o mundo empírico, base inicial das reflexões que levam à compreensão das estruturas da realidade não-empírica, ou real-concreto. Ao afundar no pântano do relativismo, tudo passa a ser válido, inclusive o preconceito.

Assim o relativismo, ainda preso ao binarismo, produz o contrário do que desejava: o reforço do preconceito. Além disso tudo o relativismo é incoerente em si mesmo: um de seus lemas fundamentais, “tudo é relativo, nada é absoluto”, é uma afirmação absoluta, e não relativa.

A posição assumida pelo coordenador do projeto foi uma posição intermediária entre representacionalismo rígido e o relativismo. Uma posição relativa mas não relativista. Assim o conhecimento passa a ser entendido como uma representação do objeto, mas não uma cópia fiel. É uma representação relativa, que traduz e contém características do objeto representado, que estão nele e não dependem de nós: caso contrário, o conhecimento seria igual à opinião ou ideologia.

Por exemplo; quando a ciência afirma que as vacinas contra COVID-19 impedem, geralmente, mortes ou casos graves, mas não impedem a contaminação pelo vírus, isto não é opinião ou ideologia (no sentido de falsa consciência), mas conhecimento. Ou seja, uma forma de representação do real que é o resultado da relação corporal, sensível e reflexiva do ser humano como o objeto investigado, intensamente experimentado e testado.

Mas o conhecimento não é completamente objetivo. Características subjetivas e culturais interferem no compreender e desfrutar o conhecimento, sem anular seus vínculos com o objeto representado. Por exemplo, a forma como uma pessoa alemã, brasileira ou angolana lida com os conhecimentos científicos sobre a vacina são em parte diferentes. Uma característica que dificulta lidar com esse conceito relativo e intermediário de conhecimento é o binarismo. Típico da modernidade, ele inunda amplos setores da pós-modernidade, inclusive alguns que lutam contra o próprio binarismo.

Se ainda estivermos estruturados de forma binária, ficamos navegando de forma errante entre posições contrárias, sem conseguir captar e integrar o que é válido em cada uma delas. Permanecemos oscilando entre a visão do conhecimento como uma cópia fiel e inquestionável do real ou o conhecimento como algo que na verdade não existe, que não capta características objetivas do real; conhecimento como completamente relativo, “que depende da interpretação de cada um ou de cada cultura.” A superação do binarismo é uma das qualidades mais importantes para desenvolvermos, juntos com os movimentos sociais, uma compreensão mais complexa e mais potente da realidade. Esta superação tem sido intensamente trabalhada no projeto de extensão aqui apresentado.

Um outro conceito trabalhado no projeto nestes últimos anos é o de *realidade*. A ontologia é a parte da filosofia que estuda o que é a realidade: o que é e o que não é real. A principal linha da ontologia moderna foi profundamente marcada pela ontologia grega na linha idealista. Esta abordagem nasce e se consolida no pensamento de Parmênides-Sócrates-Platão. Parmênides já havia paralisado o real: nada que se move é real, o real é imóvel, dizia

este pensador. Este pensamento será interessante para as elites gregas, pois desestimula as pessoas a acreditar e trabalhar pela mudança social.

Depois Platão, especialmente em sua segunda fase, irá cindir, dividir profundamente o real: a ideia das coisas é que é real, e não as próprias coisas. Assim o real seria uma essência metafísica ideal, e não as coisas que vivemos com o nosso corpo na experiência cotidiana. Dois efeitos conservadores resultarão desta abordagem: desvalorização do corpo e da experiência sensível e o desprezo pela qualidade de vida material, cotidiana. Afinal, o que realmente importa não está aqui, mas em um mundo transcendente, ideal, metafísico.

Esta idealização do real será habilidosa e perversamente utilizada pelos intelectuais orgânicos da igreja católica no início da idade média. Eles criaram a teoria teológica de que existem dois mundos, o mundo dos homens, inevitavelmente doloroso, opressivo e injusto, e um suposto mundo de deus, lugar de felicidade e justiça eternas. Esta ideia terá efeitos conservadores sobre as populações, desestimulando-as a acreditar e trabalhar pela mudança das sociedades e da qualidade da vida. Será, portanto, uma ideia bem conveniente para as elites.

No projeto de extensão, então, foi necessário desenvolver uma discussão ontológica que compreendesse o real como não-fragmentado, não disjuntivo, mas integrativo (que aliás é uma das características da educação popular). Nesta concepção integrativa, a diferença identificada não é entre o sensível e o real (ideal), mas entre a dimensão do real que nossos sentidos captam (sensível) e a dimensão do real que está além dos nossos sentidos (por exemplo, as estruturas sociais, culturais, políticas, econômicas e biológicas). À primeira dimensão, com auxílio de Marx, passamos a chamar real-empírico, e à segunda, real-concreto. Assim, não há uma separação no real, mas uma distinção provocada pelos limites de nossos sentidos corporais (todo ser vivo tem limites nos seus sentidos). O real-concreto só pode ser captado pela reflexão, pelo trabalho da consciência, que faz uma mediação entre o visível e o invisível.

Assim, a concepção integrativa de real que passamos a usar no projeto de extensão com os agentes sociais entende o real-empírico e o real-concreto como dois aspectos ou dimensões de uma mesma coisa: a realidade. Algumas vezes utilizamos como metáfora a imagem do iceberg: um nono do iceberg é captável pelos nossos sentidos por que está acima do nível do mar; oito nonos são invisíveis por que estão abaixo, mas são reais e não ideais. O

real-concreto é invisível, mas não é ideal, embora só possa ser captado por ideação, ou seja, atividade mental (reflexiva, imaginativa ou compreensiva).

Um outro conceito desenvolvido no projeto foi a noção de *espiritualidade*, definida com as seguintes características: 1. A espiritualidade ou religiosidade não é religião; esta pode estimular a espiritualidade, que é uma capacidade natural do ser humano (outras práticas além das religiosas também podem estimular a experiência espiritual: relaxamento profundo; consciência corporal; meditação; danças; contato com o inusitado; viajar); 2. Espiritualidade não é uma crença, mas um tipo de experiência; 3. Espiritualidade é a experiência não-racional e não-verbal de união ou conexão do indivíduo com o todo: a humanidade, o planeta, a natureza, o cosmos; nesta experiência cósmica, os limites do eu se dissolvem temporariamente; 4. O espiritual ou divino não é um ser ou entidade: é uma dimensão do real, uma dimensão profunda, abissal, que nos escapa cotidianamente quando estamos focadas em outras dimensões (econômica, cultural, social, política natural); logo, a espiritualidade é uma dimensão da realidade e não outra realidade, transcendente ou paralela ou acima da realidade; 5. A experiência espiritual aumenta o fluxo de energia vital na pessoa (chi, prana, kundalíne, orgone): por isto esta experiência é tendencialmente terapêutica: desfaz os pontos de bloqueio interno no organismo e na psique, ao menos temporariamente.

Finalmente, o quarto conceito desenvolvido foi o de *democracia participativa*. No projeto, analisamos frequentemente a reconstrução da democracia no Brasil, para que ela volte pelo menos aos frágeis e precários níveis de cidadania anteriores ao governo Temer (2016-2018). Contudo, aos poucos, fomos tensionando a reflexão e projetamos uma radicalização da democracia representativa além dos níveis pré-2016. Este aprofundamento da democracia representativa, com mais intensa participação popular, levou ao conceito de democracia participativa. Dado o seu valor como norte para as lutas por cidadania e para a superação da democracia representativa, podemos aqui falar algo sobre ela.

Além disso, a democracia participativa seria uma salvaguarda, um escudo parcial para enfraquecer futuras incursões da extrema-direita ao poder. Isto porque esta modalidade de democracia estabelece formas intensas de participação popular no poder. Inversamente, promove junto com a sociedade civil a efetivação de direitos na base da sociedade, com aqueles que há 500 anos vem sendo excluídos na América Latina. Isto enfraquece a base social da extrema-direita, que soube se nutrir das carências materiais, do desespero existencial e da falta de identificação com o bem comum que foram construídas em parte da população e da classe média durante estes séculos.

Estas carências foram produzidas pela escassez de políticas públicas nas áreas de educação crítica, cultura, habitação, geração de renda, segurança pública cidadã. A base subjetiva da extrema-direita, que o bolsonarismo sabe alimentar com maestria, foi construída socialmente: ninguém nasce fascista, como também ninguém nasce racista.¹² Crianças pequenas, negras e brancas, de famílias não-racistas, brincam juntas na escola sem nenhum preconceito.

As características da democracia participativa seriam: estado forte, transparente, atuante e sob forte controle da sociedade civil organizada; cidadão com alta escolaridade, participativo e com forte noção do bem comum e da importância da esfera pública; escolaridade e cultura com viés crítico e conectadas à noção de cidadania; economia vigorosa, mas sob planejamento estatal; sistema tributário mais centrado na renda e no patrimônio do que no consumo, com tributação altamente progressiva; respeito à diversidade, seja étnico-racial, de gênero ou cultural; não são países com política externa belicista nem imperialista. A democracia participativa é um esforço de parte da população e da classe média mais engajada para retirar a democracia dos braços do capitalismo e mesmo da modernidade.

Contudo algumas questões se colocam à democracia participativa e seria importante analisá-las aqui. A primeira delas é a seguinte: é possível a democracia participativa em sociedades com economia capitalista?

Países com social-democracia radicalizada, como Holanda ou Suécia, parecem já ter respondido isto. Lá a economia é capitalista... em termos. Pois embora exista a economia de mercado, este mercado sofre regulação estatal e os impostos pagos pelas empresas são rigorosamente cobrados, dificultando a sonegação. Isto ocorre devido a existência de um estado forte, sob um controle social expressivo da população. A sociedade civil é forte e mais organizada do que nos países que não tem democracia participativa. Por outro lado, parte expressiva da população tem uma noção de cidadania forte e participa de conselhos e fóruns de controle social.

Não podemos esquecer, por exemplo, que a Suécia já teve muitas desigualdades sociais e foi a partir delas que se construiu a democracia participativa. No fim do século 19 os trabalhadores suecos iam à Dinamarca ou ao norte da Alemanha para conseguir trabalho e escapar da fome. Além de textos científicos, isto pode ser bem visto no filme “Pelle, o conquistador”, de Bille August, de 1987.

¹² Uma excelente análise das raízes psicológicas ou psico-políticas do fascismo como fenômeno social é a obra do psicólogo Wilhelm Reich. Ele mostra como pessoas reprimidas em alguns casos se tornam fascistas. Dois livros em especial mostram este fenômeno: *Psicologia de massas do fascismo* e *Escuta, Zé ninguém!* Outro autor que faz excelente análise desta questão é Theodor Adorno, a partir de outra linha teórica, a teoria crítica; pode-se consultar, por exemplo, o livro *Estudos sobre a personalidade autoritária*.

A segunda questão colocada à democracia participativa diz respeito ao fato deste regime aproximar o poder de estado ao cidadão, permitindo que o povo participe mais da gestão pública. Neste sentido supera um grande problema da democracia representativa. Contudo, como seria esta gestão compartilhada com o povo, se parte da nossa população tem valores machistas, racistas, homofóbicos, individualistas? Se desde o Brasil-colônia foi excluída do poder de estado e não está orientada para atenção ao bem comum e à coisa pública? Se os direitos humanos não são valores que orientam suas condutas?

A democracia participativa é o regime onde o povo geralmente encontra as condições para seu desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano da população é simultaneamente condição e consequência da democracia participativa. Este desenvolvimento é que permite à população exercer o controle coletivo efetivo, baseado nos direitos humanos, sobre o estado e a sociedade. Isto ocorre na democracia participativa de forma mais direta e horizontal; a representação continua existindo, pois é irreversível em sociedade com grandes populações como as contemporâneas. Contudo, na democracia participativa:

a) Parte das decisões políticas que na democracia representativa são exclusivas dos representantes (legislativos, prefeitos, governadores, etc.), passam a ser feitas diretamente pelos cidadãos através de conselhos populares, assembleias locais, plebiscitos, consultas populares com poder deliberativo e não apenas consultivo;

b) Há mais controle dos representados sobre os representantes, seja na forma de conselhos populares de controle constante, como conselhos fiscais que monitoram os tribunais de controle das contas públicas (TCU, TCE), seja na forma de *impeachment* de gestores, legisladores ou juízes que não estejam respeitando as leis ou não estejam trabalhando para o bem comum, para os direitos e para as necessidades básicas da população.

Referências

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. São Paulo: Paulus, 2005.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Difel, 1985.

MOGILKA, Maurício. Extrema-direita, campo progressista e reconstrução da democracia no Brasil. (Em análise para publicação em breve). 2022.

MOGILKA, Maurício. Ascensão da extrema-direita e reconstrução do campo progressista no Brasil. PRACS: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá, v. 13, n. 4, p. 373-474, jul./dez. 2020 (www.repositorio.ufba.br).

MOGILKA, Maurício. Governos progressistas na América Latina e seus impasses em contexto neoliberal. PRACS: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá, v. 12, n. 2, p. 75-87, jul./dez. 2019 (www.repositorio.ufba.br).

MOGILKA, Maurício. Repensar a democracia. PRACS: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá, v.7 n. 1, p. 61-81, jan.-jun. 2014 (www.repositorio.ufba.br).